



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

RESOLUÇÃO EDITALÍCIA Nº. 01 de 12 de janeiro de 2026.

Dispõe sobre o Edital do Processo de Escolha
Para formação de cadastro de reserva dos membros do
Conselho Tutelar do Município de Capelinha/MG,
referente ao mandato 2024/2028.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DO MUNICÍPIO DE CAPELINHA/MG, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Federal nº 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Municipal nº 2.569/2025 e da Resolução CONANDA nº 231/2022, torna público o Processo de Escolha especial para formação de cadastro de reserva, com possibilidade de convocação imediata, para membros do Conselho Tutelar do Município de Capelinha/MG, para o exercício do mandato 2024/2028, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Capelinha/MG, para o mandato 2024/2028, é regido por este edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capelinha/MG, em conformidade com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Municipal nº 2.569/2025 e da Resolução CONANDA nº 231/2022 e da Resolução Editalícia Nº. 03/2023 deste CMDCA.

1.2. A Comissão Especial designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta dentre os membros da sociedade civil e dos representantes governamentais do aludido Conselho é a responsável por toda a condução do processo de escolha.

1.2.1. São impedidos de participar da mesma Comissão Especial os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, estendendo-se esse impedimento ao membro da Comissão Especial em relação aos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar.

1.2.2 — Os membros da Comissão Especial encarregada da condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Capelinha/MG são os seguintes:

- a) Maria Imaculada Sampaio Oliveira
- b) Geralda Maria Vieira Neves
- c) Jhescy Gracy Silva Gomes
- d) Sandra Alves Correia Fernandes



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

1.3. Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Especial para garantir a fiel execução da Lei e deste edital.

1.4. O processo destina-se à escolha de, no mínimo, 04 (quatro) membros suplentes, para a composição do Conselho Tutelar do município, para composição do atual mandato 2024-2028.

1.4.1. Os classificados serão incluídos na lista de aprovados do último processo de escolha realizado em 2023.

1.5. Das atribuições do Conselho Tutelar:

1.5.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas, especialmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 95 e 136, bem como a Resolução CONANDA 231/2022, dentre outras normas de tutela da infância e juventude.

1.6. Da Remuneração e dos Direitos Sociais:

1.6.1. O conselheiro tutelar titular, no momento, faz jus ao recebimento pecuniário mensal base no valor bruto de R\$ 2.415,80 (dois mil e quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos), sendo-lhe assegurado os direitos sociais previstos na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 2.569/2025.

1.6.2. Se o servidor municipal efetivo for eleito para o Conselho Tutelar e assumir a função, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

I - O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

II - A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

1.7. Da Função e Carga Horária:

1.7.1. A jornada de trabalho do conselheiro tutelar é de 40 horas semanais, mais regime de plantão/sobreaviso, conforme definido na Lei Municipal nº 2.569/2025.

1.7.2. A função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.

1.7.3. O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista. Aplica-se apenas aos municípios nos quais há mais de um Conselho Tutelar.

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

2.1. O cidadão que desejar se inscrever no processo de escolha de membros do Conselho Tutelar deverá atender aos seguintes requisitos, conforme previstos na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 2.569/2025.

I - ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada' por folhas e certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e atestado de antecedentes "nada consta" fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais;

II - ter idade superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação;

III - residir no município há pelo menos 02 (dois) anos, comprovado por meio da apresentação de conta de Água, luz ou telefone fixo, com prazo de vencimento não superior a três meses;

IV - comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso, emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino médio, até o dia da posse;

V - estar no gozo de seus direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais;

VI - apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);

VII - não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar, nos últimos cinco anos, em declaração firmada pelo candidato;

VIII - comprovar experiência de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, em entidades registradas no CMDCA, em declaração firmada pela entidade, em que conste a atividade desenvolvida, o tomador do serviço (pessoa física ou jurídica) e o período de atuação.

2.2. Para efeito deste edital, consideram-se, como experiência de atuação na área da criança e do adolescente, as atividades desenvolvidas em entidades, programas, projetos e serviços, registrados no CMDCA, para promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

3. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

3.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado em quatro etapas:

I) Inscrição dos candidatos, a partir da análise dos requisitos do item 2 deste edital;

II) Prova de aferição de conhecimento sobre os Direitos da Criança e do Adolescente;

III) Avaliação psicológica;

IV) Eleição dos candidatos habilitados por meio de voto indireto, uninominal, facultativo e secreto, tendo os Conselheiros de Direitos como colégio eleitoral (Art. 16 § 3º da Resolução CONANDA 231/2022 e Art. 48 § 3º da Lei Municipal 2.569/2025).

4. DA 1ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA — INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

4.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo, tais como se acham definidas neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar.

4.3. As inscrições ficarão abertas no período de do dia 22/01/2026 à 02/02/2026.

4.4. As inscrições serão feitas no endereço do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capelinha, situado à Rua Nicodemos Evaristo de Souza, 32 – Centro – das 07 às 11 horas.

4.5. No ato de inscrição, o candidato, pessoalmente ou por meio de procuração, deverá:

a) preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste edital;

b) apresentar original ou fotocópia de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;

c) apresentar foto 3x4 atual.

d) apresentar os documentos exigidos no item 2.1 deste edital.

e) em relação ao item 2.1 I, a critério da Comissão Especial, a comprovação da idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

4.6. A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.

4.7. A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados.

4. 8. A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será publicada no site da Prefeitura Municipal e do CMDCA, bem como será afixada no mural da Prefeitura, nas sedes do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com cópia para o Ministério Público.

5. DA 2ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO

5.1. Prova de Conhecimento

5.1.1 A prova de conhecimentos versará sobre: a) a Lei Federal nº. 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); b) a Resolução CONANDA nº 231/2022.

5.1.2. A prova de aferição de conhecimento avaliará a capacidade de interpretação do texto legal.

5.1.3. A prova constará com 20 itens, compostas por questões fechadas (de múltipla escolha) e questões abertas, sendo cada questão no valor de 05 pontos, no total de 100 pontos.

5.1.4. O candidato terá 03 horas para realizar a prova.

5.1.5. A prova será realizada no dia 07/02/2026 com início às 13 horas em endereço a ser definido posteriormente.

5.1.6. Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas, a Comissão Especial publicará as alterações no site da Prefeitura Municipal e em todos os locais onde o edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

5.1.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar nos locais onde o edital for publicado eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.

5.1.8. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para o seu início, munidos de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

5.1.9. No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria.

5.1.10. Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, inclusive segunda chamada.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

5.1.11. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.

5.1.12. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

5.1.13. O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.

5.1.14. A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Organizadora. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

5.1.14.1. Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional candidata lactante.

5.2. Da Prova de Títulos

5.2.1 – Os títulos deverão ser entregues no dia da Prova de Conhecimentos para o fiscal da sala, em um envelope lacrado contendo identificação com o nome e o número de inscrição do candidato, antes do início da prova de conhecimentos.

5.2.2 – Não será admitida, em hipótese alguma, a inclusão de novos documentos após a entrega dos títulos e/ou após a data e horário estipulados para sua entrega.

5.2.3 – A avaliação dos títulos será efetuada pela Comissão Especial Eleitoral do Processo de Seleção e serão considerados como títulos hábeis à pontuação, somente os relacionados a seguir cuja avaliação observará o limite de pontuação de 5,0 (cinco) pontos.

5.2.4 - Títulos Pontuação Documentos Comprobatórios:

a). Participação em Eventos/Fóruns/Conferências/Capacitações, nos últimos 05 (cinco) anos, voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Até 2,0 pontos Atestado e/ou Certidão, expedido por órgão ou entidade competente, preferencialmente em papel timbrado. Serão atribuídos 0,50 pontos a cada 05 horas de certificado, totalizando no máximo 2,0 pontos.

b) Certificado de Curso de Informática com no mínimo 20 horas, emitido nos últimos 05 anos – 2,0 pontos.

c). Graduação em Nível Superior (Qualquer área de formação) 3,0 Certificado/Diploma expedido por instituição oficial de ensino, reconhecida pelo



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

Ministério da Educação. Será aceito apenas um certificado e valerá aquele de maior pontuação.

d). Mestrado 5,0

5.2.5 – O candidato deverá optar por apenas um tipo de título para ser avaliado pela Comissão Especial Eleitoral. Caso o candidato envie mais de 01 (um) título será válido aquele que tenha maior pontuação.

5.2.6 – O candidato deverá entregar junto com o título no envelope o requerimento (Anexo) devidamente preenchido.

5.3. O gabarito será divulgado, pela Comissão Especial em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, no site da Prefeitura Municipal e do CMDCA, sendo afixado no mural da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

5.4. Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 60% da pontuação total atribuída prova, incluindo a prova de títulos.

5.5. A relação dos candidatos aprovados na prova de conhecimentos será publicada no site da Prefeitura Municipal de Capelinha, bem como será afixada no mural da Prefeitura, nas sedes do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e constará o dia, local e horário em que cada candidato será submetido à avaliação psicológica, com cópia para o Ministério Público.

6. DA 3ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

6.1. A avaliação psicológica será realizada por profissional habilitado e visa verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos (testes psicológicos reconhecidos e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia), o perfil psicológico adequado ao exercício da função de conselheiro tutelar.

6.1.1. Deverão ser avaliadas as condições psicológicas adequadas do conselheiro para trabalhar com conflitos sociofamiliares atinentes ao cargo e exercer, em sua plenitude, as atribuições constantes nos artigos 95 e 136 da Lei Federal nº 8.069/90 e da legislação municipal em vigor.

6.1.2. De acordo com a cartilha "Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento", da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, ano 2007, os conselheiros devem apresentar as seguintes habilidades: capacidade de escuta, de comunicação, de buscar e repassar informações, de interlocução, de negociação, de articulação, de administrar o tempo, de realizar reuniões eficazes e criatividade institucional e comunitária.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

6.2. A avaliação psicológica está prevista para ser realizada no dia 13/02/2026, em endereço a ser informado posteriormente, observando o horário previamente agendado para cada candidato.

6.3. Em hipótese alguma haverá avaliação fora do local e horário determinados, inclusive segunda chamada.

6.4. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, não comparecer à avaliação no horário e local indicados.

6.5. O resultado da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como "APTO" ou "INAPTO".

6.6. Todas as avaliações psicológicas serão fundamentadas e os candidatos poderão obter cópia de todo o processo envolvendo sua avaliação, independentemente de requerimento específico e ainda que o candidato tenha sido considerado apto.

6.7. A relação dos candidatos habilitados para a próxima etapa será publicada no site da Prefeitura Municipal de Capelinha, bem como nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Secretaria municipal de Assistência Social, Habitação e Trabalho, com cópia para o Ministério Público.

7. DA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA — ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS

7.1. Da Candidatura

7.1.1 A candidatura é individual e sem vinculação à partido político, grupo religioso ou econômico.

7.1.2. É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

7.2. Da Reunião com os Candidatos

7.2.1. O CMDCA poderá convocar os candidatos para reunião visando diluir dúvidas a respeito do perfil dos candidatos e embasar o processo de escolha pelo colegiado.

7.3. Dos Votantes (Colégio Eleitoral)

7.3.1. Poderão votar os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.3.1- Cada eleitor deverá votar em apenas 01 candidato.

7.3.2. Não será permitido o voto por procuração.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

7.4. Da votação (Colégio Eleitoral)

7.4.1. A votação ocorrerá no dia 23/02/2026, às 15 horas, no local definido pela Comissão Especial, com comunicação ao Ministério Público.

- a) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;
- b) O voto será secreto.

7.4.3. Do processo de votação

O processo de votação será realizado pelo CMDCA por meio de urnas manuais simples, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

7.4.4. Será considerado inválido o voto:

- a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- c) em branco.

7.5. Da apuração e da proclamação dos eleitos

7.5.1. Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar ata de Votação e Apuração, encaminhando o resultado ao Presidente da Comissão Organizadora.

7.5.2. A Comissão Organizadora, de posse das Urnas, fará a contagem e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.

7.5.3. O processo de apuração ocorrerá sob supervisão dos presentes.

7.5.4. O resultado da eleição deverá ser publicado oficialmente na página online oficial do Município de Capelinha, e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e encaminhado ao Ministério Público, abrindo prazo para interposição de recursos, conforme item 9.2 deste edital.

7.5.5. Os candidatos mais votados serão considerados eleitos e comporão a lista de classificados aptos a assumir o cargo de conselheiro tutelar, como suplentes.

7.5.6. Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

- I - apresentar melhor desempenho na prova de conhecimento;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

II - apresentar maior tempo de atuação na área da criança e do adolescente;

III - residir há mais tempo no município;

IV - tiver maior idade.

8. DOS IMPEDIMENTOS

8.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

8.2. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

8.3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os titulares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como primeiro suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

9. DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso quanto:

- a) ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato.
- b) à aplicação e às questões da prova de conhecimento;
- c) ao resultado da prova de conhecimento;
- d) à aplicação da avaliação psicológica;
- e) ao resultado da avaliação psicológica;
- f) à eleição dos candidatos;
- g) ao resultado.

9.2. O prazo para interposição de recurso será de 02 (dois) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, aplicação da prova, questões da prova, publicação do resultado da prova, aplicação da avaliação psicológica, publicação do resultado da avaliação psicológica), eleição dos candidatos, publicação do resultado, conforme Anexo I deste Edital.

9.2.1 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

9.2.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

9.3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 9.1 deste edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

9.4. Os recursos deverão ser entregues na sede do CMDCA no endereço: Rua Nicodemos Evaristo de Souza, 32 – Centro, das 13 às 17 horas.

9.5. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido.

9.6. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

9.7. Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias, sendo 01 (uma) original e 01 (uma) cópia. Os recursos deverão ser digitados.

9.8. Quanto ao recurso referente ao item 9.1-C, deve-se observar: cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo a seguir.

Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Capelinha - MG

Candidato: _____

Nº. do Documento de Identidade: _____

Nº. de Inscrição: _____

Nº da Questão da prova: _____

Fundamentação:

Data: ____/____/____

Assinatura do Candidato: _____

9.9. Cabe à Comissão Especial decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 02 (dois) dias.

9.9.1 O prazo será computado excluindo o dia do recebimento do recurso e incluindo o dia do vencimento.

9.9.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

9.10. Da decisão da Comissão, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

9.11. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

9.12. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

9.13. Na ocorrência do disposto nos itens 9.9 e 9.10, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

9.14. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na sede da Prefeitura Municipal e na sede do CMDCA no endereço Rua Nicodemos Evaristo de Souza, 32 - Centro e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

10. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

10.1. Decididos os eventuais recursos, a Comissão Especial deverá divulgar o resultado do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 2 (dois) dias.

10.2. Após a homologação do processo de escolha, a Prefeitura Municipal deverá diplomar os candidatos eleitos suplentes, no prazo de 15 dias.

10.3. O Prefeito Municipal deverá nomear os candidatos à suplentes mais votados, a partir da disponibilidade de vagas, observada a ordem decrescente de votação.

10.4. A convocação dos conselheiros para a posse será realizada conforme a disponibilidade das vagas, e o chamamento será publicado no site e redes sociais da Prefeitura Municipal de Capelinha.

10.4.1. Os candidatos também serão convocados por ofício, a ser entregue no endereço informado, quando do preenchimento da inscrição.

10.5. A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo, podendo ser também realizada a comunicação via aplicativo de mensagens, desde que informado pelo candidato.

10.6. O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.

10.7. O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

10.8. O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA automaticamente será reclassificado como ultimo suplente.

10.9. Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

10.10. No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce outra atividade, além da função de conselheiro tutelar e de ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de cinco pretendentes devidamente habilitados.

11.2. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a quatro, o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

11.2.1. No caso de reabertura do prazo, caso alguma das certidões ou documentos apresentados pelo candidato tenha sua validade vencida após o período de sua entrega, será oportunizado ao mesmo a sua substituição em até 03 dias úteis.

11.3. Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

11.4. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao edital a ser publicado no site e no mural da Prefeitura Municipal de Capelinha, nas sedes do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com cópia ao Ministério Público.

11.5. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

11.6. A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, no endereço deste CMDCA.

11.7. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Organizadora, e no caso de constatação de irregularidade ou



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.

11.8. As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Organizadora.

11.9. Todas as decisões da Comissão Especial ou do Plenário do CMDCA serão devidamente fundamentadas.

11.10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capelinha, 14 de janeiro de 2026.

Maria Imaculada Sampaio Oliveira
Presidente do CMDCA de Capelinha – MG



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

ANEXO I - DATAS E PRAZOS

01	Publicação do edital de abertura do processo de inscrição e eleição de candidatos ao Conselho Tutelar.	14/01/2026
02	Período de inscrições de candidaturas.	22/01/2026 à 02/02/2026
03	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas.	03/02/2026
04	Prazo para interposição de recursos ao deferimento ou indeferimento das inscrições.	04/02/2026 e 05/02/2026
05	Divulgação do julgamento por parte do CMDCA e homologação das inscrições.	06/02/2026
06	Realização da prova de conhecimentos.	07/02/2026
07	Prazo para interposição de recursos quanto à aplicação da prova de conhecimentos e às questões da prova/gabarito.	09/02/2026 e 10/02/2026
08	Divulgação do julgamento dos recursos relativos à aplicação da prova de conhecimentos e às questões da prova/gabarito.	11/02/2026
09	Divulgação do gabarito final da prova de conhecimentos.	11/02/2026
10	Divulgação da relação dos candidatos aprovados na prova de conhecimentos e convocação dos mesmos para submeterem-se à avaliação psicológica.	11/02/2026
11	Data da realização da avaliação psicológica.	13/02/2026
12	Prazo para interposição de recursos relativos ao resultado da avaliação psicológica.	16/02/2026 e 17/02/2026
13	Divulgação do julgamento dos recursos relativos ao resultado da avaliação psicológica.	18/02/2026
14	Divulgação do resultado da avaliação psicológica.	20/02/2026
15	Divulgação da relação dos candidatos habilitados a participarem da eleição.	20/02/2026



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Criado em 24/08/93 – Lei 843/ 93

Praça do Povo, 50 - Centro

E-mail: capelinhacmdca@gmail.com

16	Realização da Eleição.	23/02/2026
17	Prazo para interposição de recursos relativos ao resultado da eleição.	24/02/2026 e 25/02/2026
18	Divulgação do julgamento dos recursos pelo Plenário do CMDCA relativos à eleição dos candidatos e ao seu Resultado.	26/02/2025
19	Publicação do resultado da eleição.	26/02/2026
20	Publicação do resultado final com a respectiva homologação do processo.	26/02/2026
21	Diplomação dos candidatos eleitos.	27/02/2026
22	Prazo para o CMDCA comunicar ao Prefeito Municipal a respeito da diplomação	16/03/2026